

PROCESSO DE CONSTRUÇÃO COLETIVA DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DO COLETIVO EDUCADOR NO TERRITÓRIO DO ALTO SERTÃO SERGIPANO

Elizabeth Azevedo de Oliveira

Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos
Superintendência de Qualidade Ambiental, Desenvolvimento Sustentável e Educação
Ambiental

semarh@se.gov.br
elizabethazevedo@bol.com.br

Palavras-chave: Educação ambiental, Projeto Político Pedagógico e Coletivo.

1. INTRODUÇÃO

Os Ministérios da Educação e do Meio Ambiente, através do Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental, o Governo do Estado de Sergipe e Organizações Não-Governamentais, em cumprimento as legislações: Lei nº 6.938/1981, que institui a Política Nacional de Meio Ambiente, Lei Federal nº 9.795 / 1999/ Política Nacional de Educação Ambiental, Decreto Governamental nº 4.281, Lei de Diretrizes e Bases da Educação e Lei que dispõe sobre Política Estadual do Meio Ambiente, no propósito da promoção da Educação Ambiental no âmbito formal e não formal no país e em Sergipe, sugerem os **Coletivos Educadores para Territórios Sustentáveis** visando articulação e potencialização de políticas públicas, reflexão coletiva acerca das problemáticas socioambientais e a formação de educadores ambientais populares.

Segundo Marina Silva a Educação Ambiental, integrada às políticas públicas setoriais, assume destacada posição para o diálogo, a parceria e a aliança pautando-se pela vertente crítica e emancipatória da educação, propondo estimular a autonomia do educando, de modo a desenvolver não apenas a ética ecológica no âmbito individual, mas também no exercício da cidadania.

O Coletivo Educador é formado a partir da união de pessoas/profissionais que trazem apoio das suas instituições para o processo de atuação ou intervenção educacional, com o objetivo de superar as dificuldades e potencializar as qualidades e capacidades de cada instituição e das pessoas, a fim de possibilitar processos de Educação Ambiental permanente articulados, continuados e voltados a totalidade de habitantes de um território. (FERRARO J. e SORRENTINO,2005)

Diversos autores pensam o coletivo como: Comunidade “aprendente”, “interpretativa”, “de destino” e “de vida”, “grupo de pesquisa-ação-participante”, “lugar de bons encontros de partilha”, espaços da tecedura do coletivo nômade e da engenharia do “laço social”, nos quais predominam a “hospitalidade”, a “capacidade de ser” e o “aumento da potência” (LEVY, 1998).

A construção do **Projeto Político Pedagógico no Território do Alto Sertão Sergipano** teve finalidade de servir como instrumento de gestão e compromisso político pedagógico entre os atores sociais que integram os municípios, servindo como fomento de ações mais articuladas no território podendo contribuir para o processo de mudanças de paradigmas em busca do desenvolvimento sustentável.

2 – DESENVOLVIMENTO

As Secretarias de Estado da Educação e do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos, comungando dessas idéias viabilizou em parceria com a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação, o Projeto de Formação Continuada em Educação Ambiental para professores e técnicos da Rede Pública em 2006, com intuito de construir coletivamente ações socioambientais no contexto dos Territórios Sergipanos. O movimento de pós-formação consolidou um grupo de educadores ambientais nas Diretorias Regionais de Educação de Nossa Senhora da Glória e de Gararu, que se articularam com a SEMARH e demais atores sociais do Território do Alto Sertão Sergipano, implantando o coletivo que viabilizou o **I Fórum do Coletivo Educador em 2007**. As questões de sobreposição dos coletivos em Sergipe foram consensuadas, ficando fortalecido o Coletivo Educador do Alto Sertão Sergipano.

O Ministério do Meio Ambiente promoveu a I Oficina de Formação dos Coletivos Educadores e Salas Verde da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco/ Penedo- AL, em 2007. A SEMARH viabilizou diversas reuniões com grupo de Sergipe, que participou da citada oficina, sendo criado um grupo gestor que se auto-articulou viabilizando o **II Fórum do Coletivo**, objetivando elaborar coletivamente o **Projeto Político Pedagógico** do território. Foi consolidado mapeamento dos seus integrantes, que se perceberam como sujeitos da concepção e execução da proposta, como também foram implementadas reuniões itinerantes em momentos posteriores nos municípios de: Canindé de São Francisco, Gararu, Monte Alegre de Sergipe, Nossa Senhora da Glória, Nossa Senhora de Lourdes, Poço Redondo e Porto da Folha, com intuito de aprimorar o documento o qual foi apresentado na sua versão mais aprimorada em Nossa Senhora da Glória.

O Projeto Político Pedagógico visa favorecer caminhos para implantação da Política de Educação Ambiental no território, bem como servir de referência para as lutas do coletivo que é o próprio agente do processo educativo, definindo conhecimentos e metodologias a serem produzidas e socializadas. Tendo como foco a participação popular e a educação contextualizada para convivência com o semiárido, como também assegurar Formação Continuada em Educação Ambiental para educadores ambientais, para que possam ser multiplicadores no território, propiciando a integração entre Coletivos Educadores e Salas Verde e outras organizações no contexto da Bacia Hidrográfica no trecho do Baixo São Francisco. Foi instaurado um fórum permanente de discussões que poderá contribuir para o empoderamento dos atores sociais locais vindo a favorecer as intervenções socioambientais e o fortalecimento de estruturas e espaços educadores como: CIEASE (Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental), COM-VIDA (Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida nas Escolas e Comunidades), UC's (Unidades de Conservação), Centros de Educação Ambiental, Coletivo Jovem do Meio Ambiente, Salas Verdes, Comitês de Bacias Hidrográficas, Agenda 21 e outros.

A estrutura do projeto consta dos seguintes itens: Apresentação, Justificativa, Eixos Norteadores, Objetivos, Fundamentação Teórica, Marcos, Avaliação, Parceiros, Referencial Bibliográfico e Anexos. A clareza dos marcos: históricos, conceitual, situacional e operacional subsidiarão a implementação do projeto. O histórico abordou a origem do coletivo até os dias atuais, já o conceitual evidencia a fundamentação teórica. No situacional constou o mapeamento e diagnósticos socioambientais dos municípios, bem como os aspectos físicos e geográficos do Bioma Caatinga e a arquitetura de capilaridade, já o operacional enfocou o planejamento do coletivo.

Diversos questionamentos foram feitos pelos membros do coletivo durante a construção do PPP como: Que indivíduos queremos formar para atuar? Que sociedade queremos construir no sertão? Qual a missão do coletivo educador? PPP para quê? Como desenvolver sua gestão? Quais os valores que nortearão o futuro do coletivo? Qual a visão do coletivo? Para obtermos essas respostas são necessárias reflexões coletivas mais aprofundadas no decorrer do processo educacional, a partir da consolidação do Plano de Ação, que servirá como estratégia para implementação de políticas públicas para Educação Ambiental.

2. CONCLUSÃO

A construção do citado projeto é complexa pelo número de municípios que integram o Território do Alto Sertão Sergipano, como também, pela riqueza da heterogeneidade cultural e da representatividade social, possibilitando o fortalecimento de processos educacionais permanentes, articulados com qualificação de seus fóruns permanentes de participação social e de suas intervenções educacionais que visam o aprimoramento de estruturas educadoras na direção da sustentabilidade.

O projeto por si só não é obra conclusiva, ele não se esgota, é sempre reeditado à medida que o trabalho avança e as novas demandas surgem. Fazendo parte de um processo de reflexão / ação / reflexão, que vai se solidificando e transformando no processo educativo, formando cidadãos criativos, construtores da sua própria história e transformadores das suas realidades.

“Nunca acredite que um pequeno grupo de pessoas não pode mudar o mundo! Porque foram sempre essas que o fizeram”. (Bióloga Margaret Mead)

REFERÊNCIAS

LUIZ, A. F. J; SORRENTINO, M. Coletivos Educadores. In: MMA. **Encontros e Caminhos**: Formação de educadoras (es) ambientais e coletivos educadores. Diretoria de Educação Ambiental: Brasília, 2005.p.57-67.

LÉVY, P. **A inteligência coletiva – por uma antropologia do ciberespaço**. São Paulo: Loyola, 1998.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE / UNESCO. **Educação Ambiental**: Relatório de Gestão. 2003/2006.